

Mesmo em tais casos, a manutenção de tais informações em arquivo é necessária, como forma de garantir a plenitude do direito de defesa por parte do profissional e do serviço de diagnóstico.

Com efeito, de posse da cópia do exame e do laudo, será possível conhecer as efetivas condições em que o procedimento foi realizado e, a partir daí, oferecer ao Poder Judiciário elementos para esclarecer o ocorrido, evitando distorções decorrentes da apresentação parcial do exame ou do laudo ou ainda de ambos.

Vale aqui também a orientação quanto ao prazo de cinco anos a partir da realização do procedimento.

As relações médico-pacientes são consideradas relações de consumo, sendo regidas, portanto, pelo Código de Defesa do Consumidor, decorrendo daí a orientação a respeito da necessidade de manutenção dos citados documentos em arquivo, pelo prazo citado.

Os Tribunais brasileiros têm considerado que a natureza consumista de tal relação permanece mesmo nos casos onde o serviço médico é realizado por entidade assistencial sem fins lucrativos. É exatamente o que diz a seguinte ementa, oriunda de julgamento do Superior Tribunal de Justiça:

“Processual civil. Recurso especial. Sociedade civil sem fins lucrativos de caráter beneficente e filantrópico. Prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e jurídicos a seus associados. Relação de consumo caracterizada. Possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

- Para o fim de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, o reconhecimento de uma pessoa física ou jurídica ou de um ente despersonalizado como fornecedor de serviços atende aos critérios puramente objetivos, sendo irrelevantes a sua natureza jurídica, a espécie dos serviços que prestam e até mesmo o fato de se tratar de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, bastando que desempenhem determinada atividade no mercado de consumo mediante remuneração.

Recurso especial conhecido e provido.”¹

Neste sentido, orientamos os serviços a investir na manutenção de arquivos físicos e digitais pelos prazos mencionados, além da adoção de uma política ampla de segurança, como forma de garantir o melhor aparelhamento em caso de eventual demanda judicial envolvendo a prestação do serviço.

Dra. Luciana Capuzzo é advogada da área de Direito Administrativo do escritório Bueno Barbosa Advogados Associados

¹ STJ, Recurso Especial 519310/SP, Relator(a) Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, Julgamento de 20 de abril de 2004, publicado em 24 de maio de 2004.

NOTA JURÍDICA

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO - PPI de débitos com a Prefeitura do Município de São Paulo.

1. Abrangência

O PPI é um programa de parcelamento oferecido pela Prefeitura do Município de São Paulo para promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, relativos a fatos geradores ocorridos até **31 de dezembro de 2004**.

Poderão ser incluídos saldos de parcelamento em andamento (exceto os saldos originários de pedidos homologados pelo REFIS), bem como os débitos não tributários (exceto multas de trânsito, multas contratuais e multas de natureza indenizatória), sem a redução da multa, inclusive os inscritos em Dívida Ativa.

2. Prazo para adesão

Até o último dia útil do segundo mês subsequente à publicação do decreto que regulamentará a Lei n.º 14.129/2006.

3. Benefícios

No caso de pagamento em parcela única: **Redução de 75% da multa de natureza tributária e de 100% dos juros de mora nos débitos de qualquer natureza.**

Para pagamento parcelado: **Redução de 50% da multa de natureza tributária e de 100% dos juros de mora nos débitos de qualquer natureza.**

4. Formas de pagamento

- parcela única;
- em até 12 parcelas, iguais e sucessivas, com juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price;
- em até 120 parcelas, iguais e sucessivas, reajustadas pela taxa SELIC;
- acima de 120 parcelas, somente para as pessoas jurídicas, sendo a 1ª parcela maior ou igual a 1% da média da receita bruta mensal do exercício de 2004 e as demais parcelas atualizadas pela SELIC.

5. Garantias

Bancária ou hipotecária somente para o contribuinte que optar pelo parcelamento baseado na média da receita bruta mensal.

6. Valor mínimo das parcelas

Pessoas físicas = R\$ 50,00;

Pessoas jurídicas = R\$ 500,00.

Aguardaremos, por fim, a publicação da norma regulamentadora com maiores informações sobre o assunto.

Para ciência, consulte a Lei n.º 14.129, aprovada em 11 de janeiro de 2006, que instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI de débitos com a Prefeitura do Município de São Paulo, no site: www.prefeitura.sp.gov.br e clique no banner do PPI. O ingresso no referido programa depende da publicação do decreto que regulamentará a lei supracitada, entretanto, já foi possível adiantar algumas informações sobre o benefício fiscal.

Dra. Adriana Franco é advogada da área tributária da BUENO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS